

Lei Micaela da Argentina (Lei 27499/2019) — Formação Obrigatória em Género para os Funcionários Públicos

Gender Equality · Good practice · Argentina

Pontuação de qualidade: 63/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

A Lei 27499 (2019) torna obrigatória a formação em género e violência baseada no género para todos os funcionários públicos argentinos nos três poderes do Estado. Em dezembro de 2023, mais de 234 710 agentes estatais tinham concluído a formação em 73 programas certificados geridos por 146 organizações.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	0/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	0/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-06-23

[Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación](#) — acedido a 2026-06-23

[Argentina.gob.ar — Ley Micaela official page](#) — acedido a 2026-06-23

[OGP — Federalization of the Micaela Law \(AR0091\)](#) — acedido a 2026-06-23

[Argentina government — 242,000+ trained by August 2023](#) — acedido a 2026-06-23

[OAS MESECVI — Committee of Experts celebrates approval of Micaela Law](#) — acedido a 2026-06-23

Citar — Evidoria. *Lei Micaela da Argentina (Lei 27499/2019) — Formação Obrigatória em Género para os Funcionários Públicos*. ID persistente: 99021053-6ab8-4efc-b453-2d4433694830.